



“Essa conta eu não devo”, diz Anderson Torres

Ao juiz de custódia, ex-ministro declara que prisão foi “tiro no peito” e que não tem “nada a ver” com os atos golpistas. Ontem, Ibaneis Rocha entregou o celular à PF

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

O depoimento de Anderson Torres à Polícia Federal (PF) foi remarcação para 2 de fevereiro. A mudança na data da oitiva, inicialmente prevista para ontem, foi decidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes para “garantir o tempo necessário à defesa para análise dos autos antes do interrogatório”. Ex-secretário de Segurança do Distrito Federal, Torres continua preso no 4º Batalhão da Polícia Militar do DF (PMDF), no Guará, onde só recebe visitas de advogados.

A defesa do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública de Jair Bolsonaro (PL) já havia sinalizado, na semana passada, a intenção de pedir mais prazo para Anderson Torres, após o investigado ficar em silêncio em seu primeiro depoimento, na semana passada.

Também ontem, os advogados do governador afastado do DF, Ibaneis Rocha (MDB), entregaram à PF o celular do cliente. Na sexta-feira passada, três endereços de Ibaneis Rocha foram alvo de mandados de busca e apreensão, requeridos pela PGR ao Supremo. Ele estava fora de Brasília no dia operação policial, que apreendeu documentos e computadores. “O governador faz questão de que o seu telefone seja pericidado, pois, como já foi dito, ele não tem nada a esconder e é o maior interessado na plena apuração dos fatos”, disse Cleber Lopes, um dos advogados de Ibaneis. O governador reeleito do DF está afastado do Palácio do Buriti por 90 dias, para que sejam apuradas as responsabilidades do emedebista na cadeia de comando das forças de segurança

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Entra e sai de advogados no quartel da PM onde Anderson Torres está preso: depoimento, só na semana que vem

pública que atuaram em 8 de janeiro, na Praça dos Três Poderes, quando as sedes do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do STF foram vandalizadas.

“Tiro de canhão”

Ontem, foram divulgadas as declarações de Anderson Torres à Polícia Federal na audiência de custódia, logo após sua prisão, em 14 de janeiro. “Isso (o mandado de prisão) foi um tiro de canhão no meu peito. No segundo dia de férias, acontece esse crime horrendo em Brasília e esse atentado contra o país e eu fui responsabilizado por isso”, disse o ex-ministro ao juiz de custódia.

Torres é suspeito de omissão e conivência em relação aos atos criminosos. “Eu jamais daria condições de isso ocorrer, eu sou

profissional, sou técnico e jamais faria isso. Do jeito que saí, o que deixei assinado, eu deixei tranquilo, porque nem se caísse uma bomba em Brasília teria ocorrido o que ocorreu”, explicou ao juiz. Anderson Torres estava nos Estados Unidos quando eclodiu a série de invasões às sedes de Poder em Brasília.

Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, Anderson Torres não falou nada, na audiência de custódia, sobre a minuta de decreto de intervenção do Poder Executivo na Justiça Eleitoral, considerado inconstitucional. O documento esboça a instalação de um estado de defesa para que Bolsonaro — que segue nos Estados Unidos desde o fim do ano passado — não reconhecesse o resultado das eleições e permanesse no cargo até que a Justiça eleitoral

fosse investigada por uma comissão do Poder Executivo.

“O Ministério de Justiça e Segurança Pública foi o primeiro ministério a entregar os relatórios da transição. Eu jamais questioneei resultado de eleição, não tem uma manifestação minha nesse sentido, eu fui o primeiro ministro a entregar os relatórios”, se defendeu Anderson Torres na audiência da semana passada. “Essa confusão entre os Poderes, essa guerra ideológica, eu não pertencem a isso, eu sou um cidadão equilibrado e essa conta eu não devo”. E finalizou: “Eu sou delegado de Polícia Federal, eu sou um cara sério, eu jamais concordaria com esse tipo de coisa (golpe de Estado). Eu não estou mentindo, eu não sou maluco. Eu lutei para o equilíbrio”, falou também à PF.

Moraes amplia investigação do golpe

» HENRIQUE LESSA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acatar a solicitação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e determinou ontem o fatiamento da investigação dos ataques terroristas de 8 de janeiro. Com a decisão, são sete os inquéritos abertos para a apuração dos atos golpistas. A apuração deve focar na participação de cada envolvido na tentativa de golpe de Estado: quem financiou, quem executou e quem planeja. As três novas investigações correm em sigilo.

O planejamento e a responsabilidade intelectual dos atos golpistas ficarão no Inquérito 4921 — no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pode vir a ser investigado como um dos mentores dos ataques. Já o Inquérito 4920 deve apurar os financiadores e fornecedores de insumos para os atos antidemocráticos. O Inquérito 4922, por sua vez, investigará

Reprodução/Fantástico/TV Globo



Identificado por câmeras de segurança, Cláudio Ferreira foi preso em MG

quem efetivamente participou da depredação dos palácios e ainda não foi preso pela PF. Essa última investigação deve reunir as denúncias recebidas a partir de postagens em redes sociais para a identificação civil de quem escapou do flagrante — quem foi

preso em flagrante já está sendo investigados em outro processo.

“Há requisitos específicos para responsabilização penal por autoria intelectual e por participação por instigação, que diferem, em parte, dos requisitos aplicáveis aos executores materiais e

daqueles aplicáveis aos financiadores e por participação por auxílio material”, disse o STF na nota. Os crimes investigados são terrorismo, associação criminosa, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, ameaça, perseguição e incitação ao crime.

Vândalo do relógio

Antônio Cláudio Alves Ferreira, de 30 anos, bolsonarista que, na invasão ao Palácio do Planalto, destruiu um relógio raro do Século XVII, foi preso ontem em Uberlândia (MG). Ao ser identificado por parentes e conhecidos de Catalão, no interior de Goiás, onde mora, abandonou a casa que alugava e fugiu. O relógio destruído por Ferreira foi fabricado entre 1650 e 1700 pelo relojoeiro francês Balthazar Martinot e foi um presente da corte francesa para Dom João VI, que trouxe a peça para o Brasil, em 1808.

Nos EUA, Bolsonaro está fora do alcance

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral Benedito Gonçalves deu um prazo de cinco dias para o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) manifestar-se sobre as postagens em que questionou a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O prazo, porém, só começa a contar a partir do momento em que o ex-presidente for citado, mas ele está em Orlando, nos Estados Unidos, o que dificulta o andamento das ações que correm contra ele no Brasil.

Para formalizar a citação, o

Tribunal depende agora da informação sobre o endereço de Bolsonaro. O ex-presidente viajou para o Estados Unidos faltando apenas dois dias para o fim do seu mandato e, agora, com o cerco da Justiça brasileira, pode permanecer mais tempo por lá, segundo fontes próximas a Bolsonaro.

Empresários aliados do ex-presidente apontam que ele pode começar a fazer palestras em solo americano. Seis, a US\$ 10 mil cada (cerca de R\$ 52 mil), já estariam negociadas. Os ganhos como palestrante ajudariam o

ex-presidente a adiar seu retorno ao Brasil.

Essa permanência de Bolsonaro fora do país é apontada por juristas como uma possível tentativa de dificultar o trabalho da Justiça na apuração do seu envolvimento — como incentivador — nos atos de 8 de janeiro.

Explicações

O processo no TSE se refere a uma mensagem publicada em perfil oficial de uma rede social dois dias após os atentados contra

as sedes dos Três Poderes, em Brasília. Na publicação, Bolsonaro reproduz um vídeo que questiona o resultado das eleições de 2022 com dizeres “Lula não foi escolhido pelo povo. Ele foi escolhido e eleito pelo STF e TSE”.

Na decisão, o ministro Gonçalves reforça a hipótese de que o ex-presidente estaria “incutindo nos eleitores o sentimento de insegurança e descrença no sistema eleitoral e, por consequência, atentando contra a existência do próprio Estado Democrático de Direito”. (HL)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Não dá para não falar da Americanas

O que não falta é assunto sobre a política, principalmente para a oposição ao governo Lula, da extrema direita à chamada terceira via. Na Argentina, no encontro com o presidente Alberto Fernandez, seu aliado das horas mais difíceis, Lula anunciou a criação de uma moeda virtual do Mercosul e que retomará os empréstimos do BNDES aos países vizinhos. Logo circulou uma fake news de que seria criada uma moeda única entre os dois países. Na verdade, o que se discute é uma “moeda de reserva”, virtual, que facilite as relações comerciais entre os países do Mercosul, sem a necessidade de dólares. Mais ou menos como está em discussão entre os países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Ou seja, não é verdade que o real será extinto.

Mas Lula saiu da frigideira para mergulhar na panela fervente da oposição ao anunciar que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) retomará os financiamentos aos países vizinhos, um prato cheio, uma vez que boa parte dos financiamentos anteriores aos vizinhos foi destinada à infraestrutura, em troca de contratos para empresas brasileiras de construção, principalmente a Odebrecht. Nas investigações da Lava-Jato, a delação premiada de Marcelo Odebrecht atingiu nove ex-presidentes, entre os quais, seis peruanos, cuja crise política perdura até hoje.

No Brasil, a CPI do BNDES da Câmara pediu o indiciamento de mais de 50 pessoas, entre elas, os ex-ministros Guido Mantega e Antônio Palocci, o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho, diversos ex-diretores da instituição e empresários beneficiados com recursos do banco estatal, porém, nada foi provado contra o presidente Lula e a ex-presidente Dilma Rousseff. A integração da infraestrutura da América do Sul é necessária: o eixo do comércio mundial se deslocou do Atlântico para o Pacífico. O comércio exterior do Brasil só tem a ganhar, principalmente a exportação de manufaturados, se houver uma infraestrutura logística continental, integrada e moderna.

Esse foi o recado de Lula ao destacar a importância da relação bilateral Brasil-Argentina, o nosso maior parceiro comercial na América Latina e o terceiro no mundo. “Argentina é o terceiro parceiro comercial do Brasil, só perde para a China e para os Estados Unidos, isso tem que ser valorizado, isso só pode ser valorizado, não por conta dos presidentes, mas por conta dos empresários, são vocês que sabem fazer negócio, são vocês que sabem negociar”, disse o presidente.

Outro assunto importante foram as denúncias da Procuradoria-Geral da República contra os envolvidos nos atos de vandalismo de 8 de janeiro, com três novos inquéritos. A turma do deixa disso, com certa razão, está preocupada com o clima de ajuste de contas existente em Brasília, que mira os que invadiram o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal, sobretudo os organizadores, os financiadores e as autoridades que se omitiram durante a crise, inclusive militares. O ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que está preso, por hora afasta a possibilidade de uma delação premiada. Não tem a menor chance de se safar só no gogó. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes já avisou que não vai refrescar ninguém com culpa comprovada. Mais de mil pessoas continuam presas.

O ASSUNTO ECONÔMICO DESTE COMEÇO DE ANO NÃO TEM NADA A VER COM OS PLANOS DO MINISTRO FERNANDO HADDAD PARA A ECONOMIA. A DÍVIDA DA AMERICANAS CHEGA A R\$ 43 BILHÕES

Risco financeiro

Tem ainda a questão militar. Lula afastou a ameaça de golpe e rechaçou a tutela fardada, ao demitir o comandante do Exército, no sábado. Indicou para o cargo o comandante militar do Sudeste, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, defensor do respeito à democracia e ao resultado das eleições. O estresse militar agora se restringe à necessária punição dos oficiais que efetivamente se omitiram ou eventualmente colaboraram com a invasão e depredação do Palácio do Planalto, a começar pelo comandante da Guarda Presidencial.

O general Arruda ocupava o cargo interinamente desde 30 de dezembro do ano passado, após um acordo entre a equipe de transição e o antigo governo. Ele estava à frente do Exército durante os ataques às sedes dos três Poderes na capital federal e teria impedido, pessoalmente, a prisão dos extremistas que voltaram ao acampamento em frente ao QG do Exército após os ataques.

E a Americanas? É o assunto econômico deste começo de 2023 e não tem nada a ver com os planos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para a economia. A dívida da Americanas chega a R\$ 43 bilhões, bem maior que os R\$ 20 bilhões anunciados inicialmente. A empresa deve a 16 mil credores, entre empresas, bancos e pessoas físicas. Três acionistas, com 30% das ações, estão em maus lençóis: Carlos Alberto Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles, que estão entre os homens mais ricos do mundo, segundo a Forbes. Eram símbolos de modernidade e competência; agora, estão enrascados numa “contabilidade criativa”.

A empresa já está em processo de recuperação judicial, após a Justiça acatar o pedido, na última quinta-feira. As lojas continuam abertas. Os três empresários ofereceram R\$ 6 bilhões para reforçar a empresa, mas os bancos queriam pelo menos R\$ 10 bilhões para começar a conversar. No total, 140 mil investidores estão no sal. O Black Rock, o maior fundo de pensão do mundo, é o mais atingido. Puket, Natural da Terra e Hortifruti, além de metade das lojas de conveniência da BR Mania, pertencem a Americanas.